

## Quando a violência é notícia: o discurso da mídia impressa sul-mato-grossense sobre exploração sexual de crianças e adolescentes<sup>1</sup>

Ivanise Hilbig de ANDRADE<sup>2</sup>  
Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA

### RESUMO

A exploração sexual de crianças e adolescentes é um tipo de violação de direitos sexuais que envolve trocas simbólicas e/ou concretas entre um adulto e uma pessoa menor de 18 anos. Considerada crime no Brasil, a questão tem ganhado as páginas dos jornais nas últimas décadas, seja pelo esforço de agendamento feito pelos movimentos sociais de defesa dos direitos humanos, seja pela ampliação da compreensão do tema pelos jornalistas. Mas e qual é o discurso (ou os discursos) sobre a exploração sexual que salta à superfície por meio do discurso da imprensa? A partir desse questionamento, o presente trabalho analisa os discursos da mídia impressa de Mato Grosso do Sul utilizando como *corpus* notícias, editoriais e artigos publicados em três jornais ao longo de 2009. O trabalho tem como bases teórica e metodológica a Análise de Discurso (AD).

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise de Discurso; Jornalismo Impresso; Agendamento; Direitos Humanos; Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é uma prática inserida cultural e historicamente nas sociedades, com faces sociais, políticas, econômicas e étnicas. Relaciona-se também com o tráfico de drogas e de pessoas, com as demandas do mercado do sexo e com redes criminosas, fortalecendo-se com as falhas de articulação do sistema de proteção e atendimento a crianças e adolescentes, com o envolvimento de autoridades e políticos nos casos e também com a impunidade. Em linhas gerais, é um tipo de violência sexual<sup>3</sup> que se define como a “venda” de um serviço ou produto – o prazer de fazer sexo com crianças e adolescentes – em um mercado sexual formalmente constituído ou por meio de trocas simbólicas e/ou concretas entre o contratante (explorador, abusador, agressor) e a/o contratada/contratado (criança ou adolescente). A exploração sexual é uma forma de

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista, Mestre em Estudos de Linguagens, Doutoranda em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). Pesquisadora na área de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. E-mail: [ivanise@terra.com.br](mailto:ivanise@terra.com.br)

<sup>3</sup> A violência sexual, entendida neste trabalho, assume um conceito mais amplo que abarca as noções de abuso sexual e exploração sexual. Faleiros (2004) sistematiza quatro modalidades de exploração sexual: prostituição infantil; pornografia, exploração sexual no turismo e tráfico para fins de exploração sexual. O termo “prostituição infantil”, no entanto, caiu em desuso. Hoje se fala em exploração sexual, crianças e/ou adolescentes prostituídos, crianças e/ou adolescentes explorados. Isso porque a palavra ‘prostituição’ pressupõe um grau de autonomia que não se aplica a crianças e adolescentes pela sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento bio-psico-social.

violência que envolve lucro, por parte de quem explora, e relações de poder e dominação, tirando proveito de situações de vulnerabilidade como a pobreza, a desigualdade social e muitas vezes a violência sofrida dentro de casa. (FALEIROS, 2004; AMORIN, 2005; CASTANHA, 2008).

Nacionalmente, o assunto insere-se gradativamente na agenda da imprensa. Entre 2000 e 2006, o espaço dedicado às temáticas relacionadas à exploração sexual de crianças e adolescentes quase triplicou nos jornais impressos brasileiros (subiu 173,65%), conforme pesquisas realizadas pela ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância. No entanto, mais importante que o avanço da quantidade, avalia a ANDI (2007), é o aprimoramento da qualidade desse noticiário, que tem buscado diversificar as fontes de informação e estabelecer uma abordagem mais crítica e plural.

Esse agendamento do assunto segue uma tendência de maior mobilização da sociedade brasileira com relação ao tema. De maio de 2003 a março de 2010, o Disque Denúncia Nacional, o Disque 100<sup>4</sup>, realizou mais de 2 milhões de atendimentos tendo recebido e encaminhado mais de 120 mil denúncias de violência cometida contra pessoas com menos de 18 anos, de todo o país. As meninas continuam sendo as principais vítimas (82% dos casos nesse período). Esses dados demonstram que, por um lado, a sociedade conhece a Lei, sabe identificar a questão e está mobilizada para denunciar. Por outro, a mídia tem feito seu papel de noticiar e relatar os debates e os casos que dizem respeito à temática. Mas como são os enunciados jornalísticos sobre esse tema? Qual o discurso da mídia quando o assunto é exploração sexual de crianças e adolescentes? Quais os sentidos formados no imaginário social sobre esse assunto?

Essas são algumas das indagações que permeiam a análise de discurso de enunciados jornalísticos publicados em três jornais impressos em circulação em Mato Grosso do Sul: *Correio do Estado*, *O Estado MS* e *O Progresso*, ao longo de 2009, e que versam sobre exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes.

A escolha pelos textos noticiosos parte do princípio de que todo texto, seja ele jornalístico ou não, é materialização de discursos e traz consigo a ideia de curso, de movimento. É a palavra em movimento, uma prática de linguagem que constitui o homem e sua história (MAINGUENEAU, 1997; ORLANDI, 2002). A partir dos conceitos da Análise do Discurso, é possível afirmar que um texto jornalístico é um enunciado que surge a partir

---

<sup>4</sup> O Disque 100 é administrado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, desde 2003, e recebe denúncias de violência cometida contra crianças e adolescentes de todo o país e as encaminha aos órgãos responsáveis em cada Estado.

de condições de produção sócio-históricas postas e de um sujeito enunciador que é influenciado, ideologicamente, por um contexto de interesses objetivos e subjetivos. Assim, a compreensão de um enunciado jornalístico ultrapassa a interpretação apenas do sentido das palavras, a semântica, mas depende das informações que acompanham o texto.

O diálogo entre interlocutores, em um texto jornalístico, cumpre uma função social que torna o jornal um instrumento de propagação de ideias e crenças e não apenas um veículo de informação acerca dos fatos relativos ao interesse social. Benetti (2007, p. 107) afirma que a AD é especialmente produtiva para dois tipos de estudo no jornalismo: mapeamento das vozes e identificação dos sentidos, por ser o jornalismo um lugar de circulação e de produção de sentidos. Trata-se, assim, de um discurso dialógico, polifônico, opaco, ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos, elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares. O jornalismo constrói sentidos sobre a realidade em um processo de contínua e mútua interferência.

Assim, com base na AD, este trabalho analisa os sentidos da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes presentes no discurso da mídia impressa de Mato Grosso do Sul. Para chegar a tais sentidos e efeitos de sentidos, foi percorrido um caminho que passa pela identificação do discurso balizador<sup>5</sup> do texto, pela percepção dos discursos “Outros” que dialogam com o discurso jornalístico sobre o tema e pelas marcas do silenciamento, que são os indícios do não-dito, e que, assim como o que está explícito, significa tanto quanto.

Para se desenvolver a pesquisa, foi feita uma seleção prévia de textos jornalísticos sobre exploração sexual infanto-juvenil publicadas nos jornais citados. Essa pré-seleção foi realizada por meio da leitura de 183 edições dos três jornais analisados e que circularam na semana de 16 a 23 de maio<sup>6</sup>, na semana de 03 a 10 de outubro<sup>7</sup>, entre os dias 20/06/09 e 10/07/09<sup>8</sup>, e também com base na metodologia do mês composto, uma amostragem em que são sorteados 30 dias do ano de 2009 para compor um mês fictício, e são então selecionados

---

<sup>5</sup> Um discurso chave com o qual os outros discursos estão em diálogo, é o que delimita, demarca. Assim, durante a análise, houve um esforço por definir um discurso balizador, o que não elimina a possibilidade de que, dentro de uma mesma formação discursiva, surjam discursos retomados pela memória e pelo interdiscurso.

<sup>6</sup> A seleção dessa semana deve-se à data do 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

<sup>7</sup> A seleção deve-se ao fato de ser lembrado, no dia 06 de outubro, o Dia Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes.

<sup>8</sup> Nesse período, a imprensa de Mato Grosso do Sul veiculou matérias sobre a absolvição, pelo Supremo Tribunal Federal, do ex-atleta Zequinha Barbosa e seu assessor, da acusação de exploração sexual de crianças e adolescentes.

textos das edições em circulação nesses dias. Essa filtragem gerou um *corpus* composto de 29 textos jornalísticos, sendo 18 notícias, sete reportagens, dois editoriais e dois artigos.

A escolha por tais datas deve-se à sua importância no agendamento do tema, ou seja, são datas em que, com base em observações empíricas, o assunto costuma ganhar as páginas dos jornais. Essa decisão também possibilitou identificar e diferenciar os discursos que surgem em épocas de mobilização dos discursos gerados em outras situações.

### **Discurso das notícias**

Os textos do gênero jornalístico notícia formam a base do trabalho do jornalista e constituem a maior parte do que é veiculado pelos meios de comunicação noticiosos, seja TV, rádio, Internet ou impressos. Nasce da interação e negociação entre todos os envolvidos na sua construção: jornalistas, fontes, sociedade, organização midiática. Para esta análise, o conceito de notícia é o que a considera uma construção, superando a concepção de notícia como reflexo da sociedade, que estabelece a existência de um sujeito enunciador livre e autônomo, capaz de fazer escolhas em todas as etapas dessa produção.

Segundo DeFleur & Ball-Rokeach (1993), a mídia modela e padroniza comportamentos e crenças, agenda o debate público, ou seja, coloca em ordem hierárquica de importância um conjunto de questões possibilitando que essas questões tornem-se pauta de discussão da sociedade. Notícias são narrativas estruturadas com base em rotinas e condições de produção inerentes ao campo jornalístico que, ao re-significar fatos e acontecimentos, (re)constrói a realidade e os discursos acerca dessa realidade. Embora tendo referências no real, as notícias são enquadramentos da realidade narrada, ou seja, ao produzi-las, os jornalistas definem e escolhem por quais vieses essa realidade será contada.

O jornal impresso, nesse sentido, desempenha papel primordial na construção social da realidade e na reprodução de discursos sobre o assunto em pauta, uma vez que possui a capacidade de indicar, com eficácia, a variada relevância dos problemas apresentados, fornecendo aos leitores uma indicação *forte, constante e visível* de saliência (McClure-Patterson, 1976, p. 26, *apud* Wolf, 2003, p. 148, grifos do autor). Os textos noticiosos, em especial os publicados em jornais impressos, que compõem o *corpus* desta análise, são capazes, assim, de constituir um recorte sobre o discurso acerca da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes.

Os textos do gênero notícia analisados revelam diversidade de tamanho, formas de contextualização e aprofundamento, fontes, localização nas páginas do jornal e variedade de

assuntos. Embora o tema em estudo seja exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes, ele aparece com abordagens diferenciadas, definidas principalmente pela forma de agendamento do tema, e que trazem à tona discursos e interdiscurso.

A análise possibilitou identificar três grupos de abordagem dos textos noticiosos que, em um estudo mais detido, revelou três mecanismos de agendamento e três discursos balizadores, quais sejam: o discurso do enfrentamento, presente nas matérias sobre eventos ligados à luta contra a exploração sexual; o discurso da responsabilização, nas matérias sobre ações da polícia; e o discurso da prevenção, encontrado nas matérias sobre ações preventivas para o enfrentamento da violência cometida contra crianças e adolescentes.

### **Discurso do enfrentamento**

No primeiro grupo de abordagem, composto por textos do gênero notícia e que versam sobre eventos e ações que debatem a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes, o discurso do enfrentamento materializa-se em textos que narram ações de mobilização e sensibilização da sociedade, tais como panfletagens, palestras e seminários. O objetivo dessas ações é conscientizar a sociedade para que seja parceira no enfrentamento da violência cometida contra crianças e adolescentes, incentivando principalmente a denúncia. A maioria dos textos deste grupo, que totaliza 12 matérias, foi publicada em datas que provocam o agendamento do tema, como nos dias nacional e estadual de enfrentamento ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, e em datas anteriores ou subsequentes.

O agendamento desse conjunto de textos analisados é externo, ou seja, vem de fora da redação, provocado principalmente pelos movimentos sociais que atuam na temática ou pelo Poder Público, quando da realização de alguma atividade de mobilização. Trata-se, pois, de coberturas que surgem de forma pouco propositiva por parte das redações, constituindo-se como uma ação puramente protocolar em que o veículo decide por acompanhar o fato ou acontecimento por causa da proximidade da data e porque seus concorrentes também farão isso.

O discurso do enfrentamento constitui-se principalmente de falas das chamadas fontes institucionais, ou seja, polícia, secretaria de assistência social, comitês de enfrentamento da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes, serviços de atendimento a vítimas. Seus discursos são marcados por enunciados politicamente

corretos<sup>9</sup>, falas treinadas e afinadas com a terminologia mais aceita por quem atua na área, bem como preocupadas em contextualizar a violência, apontando causas e consequências. É possível afirmar que o discurso desse sujeito, que é responsável direto pelas ações de atendimento às vítimas e/ou investigação e responsabilização dos agressores, estabelece-se com base em uma auto-censura, que conduz ao que pode e ao que deve ser dito e não-dito, de acordo com a posição social que ocupam e autoridade a eles conferida.

Estes textos também apresentam variedade de dados numéricos e estatísticos que têm como função conferir maior credibilidade e isenção ao discurso, bem como reforçar a necessidade do engajamento da sociedade para o enfrentamento da questão. A busca pela objetividade e distanciamento, por meio da utilização de estratégias de referenciação, porém, contrapõe-se à subjetividade discursiva, identificada nos textos, entre outros aspectos, pelo uso de adjetivos, que, ao acompanhar o substantivo e expressar qualidades e características, estabelece juízos de valor, revelando memórias discursivas que dialogam com o discurso do enfrentamento.

A análise aferiu que, embora o texto jornalístico tenha a característica da referencialidade e do distanciamento do enunciador, a população é convocada, seja pelo discurso das fontes entrevistadas, seja pelo próprio sujeito enunciador (o Jornal), a participar mais ativamente de ações que busquem debater ou mesmo denunciar casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Em diálogo, está o discurso do engajamento, constitutivo do discurso balizador que é o do enfrentamento da questão. O sentido que surge é o de que todos devem fazer sua parte para acabar com o problema, remetendo à visão patriarcal e protetora e também aos ditames de normas e convenções, jurídicas ou socialmente aceitas, de que não se pode admitir qualquer tipo de violência contra as pessoas.

A principal causa apontada para a existência da prática da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes, entre os textos em que o discurso do enfrentamento se sobressai, é a pobreza. Como se trata de um tipo de violência que envolve trocas, normalmente financeiras ou de bens de consumo, a exploração sexual é conceituada como algo relacionado à falta de condições dignas de vida por parte das e dos adolescentes vítimas. Ao apresentar causas e consequências, os discursos Outros se revelam, sendo o

---

<sup>9</sup> De acordo com Limberti (2004), “politicamente correto” é o termo empregado para exprimir a adequação de uma ação ou discurso à ideologia vigente num determinado espaço, num determinado tempo. A autora afirma que a própria existência de um jargão para isso indica a existência de mecanismos de controle, ou sensores, uns mais outros menos ostensivos, que balizam e preservam o conceito construído socialmente, estabilizando suas normas.

discurso da culpa aquele que vem à superfície. A estratégia surge na tentativa de explicar a ocorrência de casos de violência sexual infanto-juvenil, com forte tendência em apontar culpados para a existência da prática.

Importante reforçar que os discursos são formados socialmente e ideologicamente, o que estabelece, consciente e inconscientemente, aquilo que se pode e deve dizer. Sendo assim, mesmo no discurso do enfrentamento, em que as fontes preocupam-se com a fala treinada, com a escolha dos termos e conceitos, enfim, que se encaixam no discurso politicamente correto, foi possível verificar uma interdiscursividade entre o discurso do enfrentamento e os discursos moralista e machista. Essa relação dialógica é constitutiva do discurso do enfrentamento que, por mais vigiado e tolhido que seja, acaba revelando aquilo que está posto e aceito socialmente e ideologicamente. Esse efeito de sentido surge quando, por exemplo, o enunciador destaca que as mulheres são as maiores vítimas, que os homens, representados pelas autoridades de combate à violência cometida contra crianças e que são a maioria entre as fontes consultadas, devem fazer alguma coisa para proteger as meninas desse tipo de crime, e que só por meio de ações tuteladas e de submissão é possível acabar com a violência sexual.

### **Discurso da responsabilização**

Os textos jornalísticos sobre as ações da polícia, que integram o segundo grupo de abordagem identificado nesta pesquisa, tratam principalmente de apreensões de material e/ou pessoas suspeitas do crime de exploração sexual e costumam ter como fontes de informações autoridades policiais, membros do Ministério Público Estadual ou Federal, magistrados e pessoas ligadas ao atendimento das vítimas ou responsabilização dos agressores. O agendamento deste tipo de assunto ocorre, assim como no discurso do enfrentamento, de maneira provocada e protocolar, por meio da leitura diária dos boletins de ocorrência e seleção dos temas que ganharão a “ordem do dia”.

A análise das notícias revelou, entre outros aspectos, que o discurso da responsabilização é constituído pelo discurso policial e pelo discurso jurídico. Essa afirmação parte da identificação, nos textos, de citações de artigos de códigos e leis, relato do material apreendido, detalhamento das formas de responsabilização (multa e/ou prisão) e a narração de como se deu a ação policial. Além disso, termos como “punição”, “criminaliza”, “denunciados”, “combater”, “suspeita”, “busca e apreensão”, “repressão” e “mandados” revelam a memória discursiva da responsabilização dos agressores e da

necessidade social de punir quem violenta sexualmente crianças ou adolescentes e, em última análise, viola seus direitos, entre eles o direito do desenvolvimento saudável da sua sexualidade. Tais estratégias discursivas buscam garantir os efeitos de sentido de distanciamento e referencialidade, mantendo no imaginário social, a noção de que cabe ao Jornalismo a função de narrar a realidade, apresentar e interpretar os principais fatos do dia. Também remete ao entendimento que considera a imprensa uma instituição confiável que tem a missão de fiscalizar o correto cumprimento das normas sociais e legais estabelecidas.

A análise aferiu, também, que a própria polícia utiliza-se dos veículos de comunicação para dar um retorno à população sobre suas ações de enfrentamento da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes. Além de ser utilizada como veículo de prestação de contas pela polícia sobre o que está sendo feito para enfrentar a violência, a mídia serve para reforçar o discurso da competência em resposta ao discurso da incompetência das autoridades policiais quando o assunto é violência.

Outra constatação é que a maioria dos equívocos conceituais aparece nos textos deste grupo. O termo pedofilia, por exemplo, é frequentemente utilizado com sentido de “violência sexual”, “abuso sexual”, “exploração sexual”, ou “pornografia infantil”. A análise revela de que forma um termo médico, no caso “pedofilia”, que é uma patologia, é re-significado pela imprensa e pela sociedade e passa a ter sentido de um crime, uma violência. Pedofilia não é crime, pois não consta nem no Estatuto da Criança e do Adolescente, nem no Código Penal brasileiro como tal. O que se tem, na realidade, são tipos de violência que são inclusive tipificados criminalmente de maneiras diferentes. Há estupro<sup>10</sup>, exploração sexual, pornografia, tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, cárcere privado, entre outros. Ou seja, nem todo o pedófilo é um agressor como nem todo agressor é pedófilo, se for considerada a palavra em sua origem médica. Essa constatação demonstra como os sentidos deslocam-se ao longo do tempo e do espaço.

O discurso da responsabilização é também um discurso extremamente referencializado, distanciado e tendendo à objetivação. Todas as narrativas analisadas neste trabalho têm como fontes de informações autoridades policiais e judiciais que, utilizando-se da posição social que ocupam, tornam-se narradoras de todo o acontecimento, revelando

---

<sup>10</sup> Em agosto de 2009, mudança no Código Penal estabeleceu que qualquer tipo de prática sexual realizada com crianças, com conjunção carnal ou não, passa a ser considerado estupro. Além disso, houve a criação da vítima vulnerável, a fim de que a responsabilização aos agressores de crianças e adolescentes fosse mais rigorosa.



quase que um único olhar sobre o fato. A voz da vítima ou do acusado, nos textos analisados, aparece na voz do outro, ou seja, na voz da autoridade policial.

O silenciamento, nestes casos, é uma forma de reafirmar a opinião de quem fala: a autoridade policial ou jurídica e o sujeito enunciatador, todos colocados na posição social que lhes confere o direito de narrar os crimes, as apreensões e as condenações. Assim, conforme demonstram os enunciados estudados, mantém-se na invisibilidade os sujeitos oprimidos, sem voz, ou seja, agressores e vítimas, seres que devem ou ser tutelados ou condenados à dívida eterna da não-recuperação.

O discurso da responsabilização é um discurso ácido, constituído pelos discursos da impunidade, da vingança, da culpa eterna e também pelo discurso machista. Por conta do silêncio das vítimas e dos agressores, o discurso da mídia impressa sul-mato-grossense sobre a responsabilização torna-se recortado, falho e até certo ponto tendencioso, que considera a polícia e o judiciário como instâncias indispensáveis para a proteção do cidadão contra esse tipo de violência.

### **Discurso da Prevenção**

No terceiro grupo de abordagem estão as matérias sobre ações preventivas de violência contra crianças e adolescentes, entre elas a violência sexual. São textos que relatam atividades de atores sociais como juiz, promotoria e polícia para coibir práticas que possam levar a crimes e violações de direitos de pessoas com menos de 18 anos. São enunciados com presença marcante dos sentidos de que a polícia, o Judiciário, o Ministério Público e os Conselhos Tutelares são os únicos responsáveis pelo enfrentamento da violência sexual praticada contra meninos e meninas. E que os próprios adolescentes, e até mesmo a sociedade, não são capazes de protegerem-se ou desenvolverem ações para redução da violência.

O tema é agendado, ou seja, a pauta surge e é incluída na ordem do dia de maneiras diversas, entre elas por meio da assessoria de imprensa dos órgãos envolvidos na ação. O discurso que se materializa neste grupo de textos é o discurso da prevenção, em constante diálogo com um discurso autoritário e centralizador, que defende a restrição de direitos garantidos, como o direito de ir e vir, sob a alegação de proteção, ou seja, para que crianças e adolescentes não se tornem vulneráveis e sejam aliciados por meio da Internet, por exemplo, regulamenta-se sua ida às *lan houses*; para que não consumam bebida alcoólica, os “fiscais do juízo”, como aparece em um dos textos analisados, vão percorrer as festas e

bares recolhendo as possíveis vítimas, levando-as para suas famílias, local considerado seguro pelo enunciador.

O discurso da prevenção materializa-se em textos com uma estrutura discursiva que vai da constatação do problema, passa pela indicação das ações que devem ser colocadas em prática para proteger crianças e adolescentes, prevenindo assim qualquer tipo de violência, a sexual inclusive, e pela convocação da sociedade e das famílias para que também se apropriem do discurso da prevenção e avalizem as ações realizadas pelos sujeitos autorizados a isso, como Polícia, Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar, por fim, justificam a necessidade das ações revelando dados que indicam o grande número de denúncias e casos de violência, em especial através da Internet.

De uma maneira geral, o discurso da prevenção da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes remete à memória discursiva do período de ditadura no Brasil em que vigiar era sinônimo de manter a ordem e o bom funcionamento da cidade e que não havia problemas em proibir que as pessoas exercessem seus direitos sob a justificativa de proteção. Essa memória surge ao afirmar que as concentrações de jovens serão fiscalizadas, o uso da Internet será monitorado e o horário de voltar para casa será conferido por fiscais autorizados para tal atividade e não mais pela família, esta considerada coadjuvante das ações.

### **Discurso dos artigos de opinião**

O artigo de opinião tem como característica principal o teor argumentativo. É construído historicamente com base em fatos de interesse de um público relativamente amplo, revelando a opinião daquele que escreve e utilizando-se de um veículo de comunicação para sua divulgação. A apresentação do fato, acompanhada de uma análise, geralmente constitui-se de discursos em diálogo e manifesta, mais abertamente que os textos noticiosos, a formação ideológica na qual o enunciador está inserido. O assunto é analisado a partir de um ponto de vista e é feita a defesa desse ponto de vista contra outras opiniões em circulação. O autor vale-se da sua voz de autoridade e da credibilidade do veículo de comunicação para dar visibilidade e força aos seus argumentos.

Os artigos que compõem o *corpus* desta análise, ao todo, dois textos veiculados nas 183 edições revisadas para a seleção de material, foram publicados no dia 27/06/2009 e no dia 09/07/2009 e tratam da absolvição, pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ), do ex-atleta

Zequinha Barbosa e seu assessor, acusados de explorar sexualmente três adolescentes em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul.

Os autores dos artigos utilizam-se ora de uma terminologia apurada, com termos jurídicos, demonstrando amplo conhecimento dos trâmites legais para encaminhamento do caso a fim de conferir credibilidade ao seu discurso, ora de linguagem conotativa, adjetivação e escolha criteriosa das palavras para fazer vir à superfície um discurso inflamado e revoltado, revelando as estratégias discursivas e argumentativas dos artigos. Foi possível identificar, na análise, que entre as estratégias discursivas utilizadas estão: as ironias, o apelo à sensibilidade, as insinuações, os recursos descritivos e os recursos gráficos, como uso de aspas, palavras em letra maiúscula e pontuação. Todos estes são recursos que servem para fundamentar os argumentos usados na validade da tese de modo que a construção dos enunciados garanta o efeito de sentido da revolta e da indignação, que beira o fatalismo em alguns trechos.

Nos dois textos, os autores demonstram os sentimentos pessoais e da “comunidade dos defensores dos direitos de crianças e adolescentes” sobre a absolvição: deixou “estarecida” e “fiquei indignado”. Os termos “estarecida” e “indignado” são indicativos dos discursos que emergem nos enunciados: o discurso da revolta, em constante diálogo com o discurso da indignação, do fatalismo e, em alguns momentos, com um discurso machista. Para reforçar ainda mais o sentido de que o fato deixa a comunidade e a sociedade incrédulas, é utilizada a estratégia discursiva que faz um apelo à sensibilidade do leitor. Ao dizer, por exemplo, que as vítimas são três meninas com idades entre 12 e 14 anos, ao invés de três adolescentes, o enunciador impõe ao texto um tom de proximidade, colocando as vítimas em uma condição de maior vulnerabilidade por serem apenas meninas. O mesmo acontece quando afirma que o STJ considerou que as meninas já eram prostituídas, ou seja, que já haviam iniciado na prostituição, não cabendo aos acusados a culpa por terem explorado, novamente, os seus serviços sexuais, sendo, portanto, inocentes. Os ditos surgem em um movimento consciente e inconsciente de escolha de termos que possam revelar, com maior fidelidade possível, os discursos de quem enuncia. Quem fala, nestes casos, mostra-se contrário à absolvição e utiliza a autoridade que lhe foi conferida pela própria sociedade para se posicionar sobre o assunto.

De modo geral, a análise dos artigos de opinião revela os discursos da revolta e da indignação em diálogo com um discurso machista, que surge do sujeito enunciador e da argumentação contrária à absolvição dos acusados pela prática de exploração sexual de

crianças e adolescentes. São textos pesados, bastante irônicos e apelativos, em tom revoltado e que beira ao fatalismo, no sentido de que a legislação e os juristas devem ser condenados por aceitar, publicamente, o envolvimento sexual de homens adultos com crianças e adolescentes.

### **Discurso dos editoriais**

O editorial é outro tipo de texto opinativo que difere do artigo por ser redigido por pessoas que ocupam cargo de chefia em um veículo de comunicação jornalístico, seja ele jornal impresso, TV, rádio ou Internet, e expressa a opinião do veículo sobre determinado fato ou assunto que está sendo tratado naquela edição, ou seja, que está sendo agendado. Em termos de estrutura organizacional, pode ser colocado ao lado do artigo, por possuir teor argumentativo.

Foram analisados dois editoriais que integram o *corpus* do trabalho, publicados em 2009, nos jornais O Estado de MS e O Progresso, a fim de compreender qual o discurso da mídia impressa sul-mato-grossense materializada neste gênero textual. Parte-se da premissa de que, para cada gênero textual do jornalismo impresso, discursos diferentes sobre a exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes se sobressaíam. Os discursos identificados nas notícias foram o discurso do enfrentamento, o discurso da responsabilização e o discurso da prevenção. Já os artigos de opinião tinham como discurso fundador o discurso da revolta, enquanto que o discurso que vem à superfície discursiva dos editoriais, conforme demonstrará a análise que segue, é o discurso da punição, em diálogo constante com o discurso fatalista, com o discurso da impunidade e do descrédito.

Nos editoriais, os autores seguem uma organização argumentativa que vai da apresentação do fato ou notícia a partir da qual farão seus comentários (a condenação, pela Justiça, de um homem que deverá pagar indenização à mulher que ele violentou e a realização, pela Polícia Federal, de uma operação para “localizar e prender pedófilos em 20 estados”). A partir da explanação do fato, o sujeito enunciador formula a sua tese, ou seja, a opinião do veículo de comunicação sobre o assunto. Em especial nos dois editoriais analisados, os autores apoiam medidas tomadas pelo Judiciário e Polícia para punir os responsáveis (acusados e condenados) por crimes de violência sexual praticado contra crianças e adolescentes. Em seguida, apresentam suas justificativas para assumir tal posicionamento perante o fato narrado. Para isso, utilizam argumentos como o aumento do número de casos registrados no Estado, bem como agravamento da violência desses casos,

rememoram outros casos ou até mesmo detalham o fato narrado para ilustrar, no editorial, que a violência sexual contra a mulher tem origens mais complexas e remotas, e que, ao provocar a sensibilidade do sujeito enunciatador (no editorial, fica mais evidente que o enunciatador é o próprio Jornal), torna-se o estopim para a materialização do discurso da punição, inflamado e cheio de revolta, apelando à sensibilidade do destinatário a fim de conquistar adeptos à sua tese.

Por fim, voltam à defesa do posicionamento adotado pelo enunciatador reforçando o discurso da punição, convidando o leitor a refletir sobre ser inadmissível, por exemplo, assistir à “escalada da violência sexual contra mulheres” e alertando para a necessidade de “se apertar o cerco contra estupradores, com leis mais rigorosas e outras medidas punitivas que venham a inibir este tipo de agressão”.

O discurso dos editoriais analisados é, portanto, o discurso da punição, da vingança. Tem efeito de sentido e reforça o imaginário social que estabelece que, para superar a impunidade e acabar com os crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes, é preciso reforçar os mecanismos punitivos legais e que as normas devem ser efetivamente colocadas em prática pelas autoridades policiais e jurídicas brasileiras. De forma que, com a implantação de medidas mais rígidas, da força, da decisão, seja possível impedir o avanço da violência sexual.

### **Considerações finais**

A experiência empírica de leitura diária dos jornais impressos em circulação em Mato Grosso do Sul já levava a indicativos de que o tema da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes era agendado pela mídia impressa principalmente em datas criadas para lembrar o assunto, quando há algum caso de apreensão de acusados ou envolvidos com a prática, resgate de vítimas ou ações de prevenção ou enfrentamento. A seleção do *corpus* levou em conta essa especificidade no agendamento do tema para que fosse possível ter à disposição uma quantidade relevante de textos, evidenciando os discursos da mídia impressa sobre essa temática. E mesmo nas datas definidas, o estudo mostrou que há certa invisibilidade do tema.

Foi possível vislumbrar que há diversos discursos sobre exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes que chegam à superfície por meio de um veículo de comunicação impresso. Embora o sujeito enunciatador, no caso, o Jornal como um todo, seja um, ele articula fontes, oficiais ou populares, redatores, editores e articulistas para construir

sua posição discursiva acerca do tema. Para esta construção, o enunciador convoca outras vozes para compor a sua própria voz e confere a palavra aos redatores das notícias, aos articulistas e aos editorialistas para que falem em nome dele. E, assim, os discursos emergem com suas particularidades e deslocamentos, evidenciando que os discursos que se sobressaem o fazem de acordo com o lugar de onde se fala, ou seja, da posição social de onde se enuncia e que constitui o discurso.

Uma vertente da Análise de Discurso reconhece os textos (não apenas os textos jornalísticos, mas todos os textos da cultura) como ideológicos, por carregar traços das condições sociais de produção que um discurso deixa na superfície discursiva (Verón, 2004). Sendo assim, é possível concluir que as opções dos sujeitos enunciadorees são ideológicas, feitas voluntária e involuntariamente, e servem para consolidá-lo em sua condição de sujeito, no caso, enquanto sujeito enunciador (Jornal), que organiza hierarquicamente e discursivamente as informações a ele disponibilizadas pelas fontes, consideradas co-enunciadores, definindo, em última instância, o que e como será dito e o que não será dito.

Isso leva a dizer que o discurso só existe em uma dinâmica de relação, de diálogo. Um discurso está sempre concordando, respondendo, conversando com outros discursos, seja para reforçá-los e mantê-los em sua estabilidade, seja para re-significá-los enquanto um discurso Outro. Um texto, assim, não se apresenta como uma unidade coerente de sentido, mas uma superfície discursiva que não torna concreto, na língua, um ou outro discurso, mas apresenta a relação entre vários discursos.

Dessa forma, e por conta de suas características, o texto jornalístico pode ser considerado como o discurso do senso comum, como um discurso que se constitui de inúmeros discursos em diálogo e que estão postos, aceitos e cristalizados. E nessa relação discursiva, a prática sexual entre adultos e crianças é considerada um desrespeito às normas éticas e legais estabelecidas. É de se esperar, portanto, que tais discursos cheguem à superfície também pelos meios de comunicação.

Em síntese, quando se trata do tema da exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes, a mídia impressa de Mato Grosso do Sul ainda tem grandes desafios para garantir maior pluralidade de vozes, maior diversidade de dados e informações e maior rigor na redação dos textos, evitando-se equívocos e reprodução de preconceitos e estereótipos.

## Referências Bibliográficas

AMORIN, S. M. F. **Reflexões sobre o Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes**. In: SILVA, A. S.; SENNA, E.; KASSAR, M. C. M. (orgs). Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes e Tráfico para os mesmos fins – Contribuições para o enfrentamento a partir de experiências em Corumbá – MS. Editora UFMS. Brasília: OIT, 2005. (p.89-109)

ANDI. **Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Guia de Referência para a cobertura jornalística**. Brasília (DF): Gráfica Coronário, 2007.

BENETTI, M. **Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos**. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (org). Metodologia de Pesquisa em Jornalismo. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.

CASTANHA, N. (org.). **Direitos Sexuais são direitos Humanos** – Caderno de Textos. Brasília (DF): Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 2008.

DEFLEUR, M. L.; BALL-ROKEACH, S. **Teorias da Comunicação de Massa**. Trad. Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar Editor, 1993.

FALEIROS, E. T. **A Exploração sexual comercial de crianças e de adolescentes no mercado do sexo**. In: LIBÓRIO, R. M. C.; SOUSA, S. M. S. A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004; Goiânia (GO): Universidade Católica de Goiás, 2004.

LIMBERTI, R. C. P. **A representação do índio: o jargão da norma ideológica nas relações interculturais**. In: RUSSEF, I.; MARINHO, M.; NOLASCO, P. S. (org). Ensaio Farpados: arte e cultura no pantanal e no cerrado. 2ª ed. Campo Grande (MS): Letra Livre/UCDB, 2004.

MAINGUENEAU, D. **Novas Tendências em análise do discurso**. 3ª. ed. Campinas (SP): Pontes, 1997.

MOUILLAUD, M. & PORTO, S. D. **O jornal. Da forma ao sentido**. Trad. Sérgio Grossi Porto. 2ª. ed. Brasília (DF): UnB, 2002. (Série Comunicação).

ORLANDI, E. **Análise de Discurso – Princípios e Procedimentos**. 4ª. ed. Campinas (SP): Editora Pontes, 2002.

VERÓN, E. **Fragmentos de um tecido**. Trad. Vanise Dresch. São Leopoldo (RS): Editora Unisinos, 2004. (Série Comunicação).

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa**. Trad. Karina Jannini. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2003. (Coleção Leitura e Crítica).